



Ata Nº: 4

Data: 06/06/2024

Local: Online

Horário: 11:00 – 11:40

Projeto: ESG - SIGMA

Tipo: Grupo Focal - Reunião de trabalho quinzenal

### Ordem de trabalhos

1. Ponto de situação
2. Apresentação dos resultados do inquérito submetido ao GF para definição das subáreas prioritárias e comentários.
3. Definição das subáreas de análise prioritárias do Eixo 1 - Governança
4. Próximos passos

### Participantes

| Nome                      | Organização             |
|---------------------------|-------------------------|
| Jorge Cerol               | CESOP                   |
| Joana Abreu               | CESOP                   |
| Tânia Correia             | CESOP                   |
| Filipa Rodrigues          | CESOP                   |
| Hélder Costa              | Município de Braga      |
| Leonor Gaspar Pinto       | Município de Lisboa     |
| Adalberto Barreto         | Município de Lisboa     |
| Paula Roque               | Município de Lisboa     |
| Beatriz de Almeida Santos | Município de Mafra      |
| Elsa Severino             | Município de Matosinhos |
| Ana Marta Silva           | Município de Valongo    |

## Tópicos abordados

### Ponto 1 - Ponto de situação

- Elaborada a *checklist* para listagem de instrumentos. Modelo em vigor, até conclusão do projeto, aplicável a cada Eixo. Sendo o modelo instituído:

- 1) O instrumento existe na autarquia?
- 2) Grau de importância atribuída ao instrumento.
- 3) Campos aberto para agregação de informação adicional

- Sistema de votação desenvolvido e colocado na plataforma do CESOP-Local com intuito de facilitar a partilha de comentários e opiniões.

Enquadramento da presente reunião: A definição de cada Subárea não é universal e a que se considera vigente resulta da análise decorrente da revisão bibliográfica. A ordem de trabalhos do projeto prevê, primeiramente, a definição dos temas, seguida da caracterização das Subáreas.

Dado que o quadro de monitorização da dimensão Governança é diverso e adaptável à cultura organizacional local e regional, houve necessidade de eleger uma definição global dos temas (passível de atualização a qualquer momento). Importa agora destacar as primeiras subáreas a serem analisadas, de modo a investigar métricas e produzir indicadores.

### Ponto 2 - Apresentação e debate dos resultados do inquérito ao GF: Eixo 1 - Governança

Decorrente da revisão bibliográfica que originou a listagem das Subáreas do Eixo 1 - Governança, relembra-se que, na primeira análise, destacavam-se: **Bem-estar financeiro, Igualdade de género e Representação inclusiva**. As primeiras e expectáveis conclusões remetiam para a transversalidade de vários indicadores atribuídos às Subáreas: Igualdade de género, Tomada de decisão inclusiva e Participação da comunidade. Relativamente à Subárea Bem-estar financeiro, a monitorização da resiliência remete para vários modelos financeiros e respetivos documentos (também existentes em Portugal a nível subnacional). Mantém-se o foco na análise dos quadros e modelos recomendados para monitorização da área da governança, em articulação, também, com o setor privado, que tem desenvolvido bastante matéria nesta área.

Listagem das Subáreas:

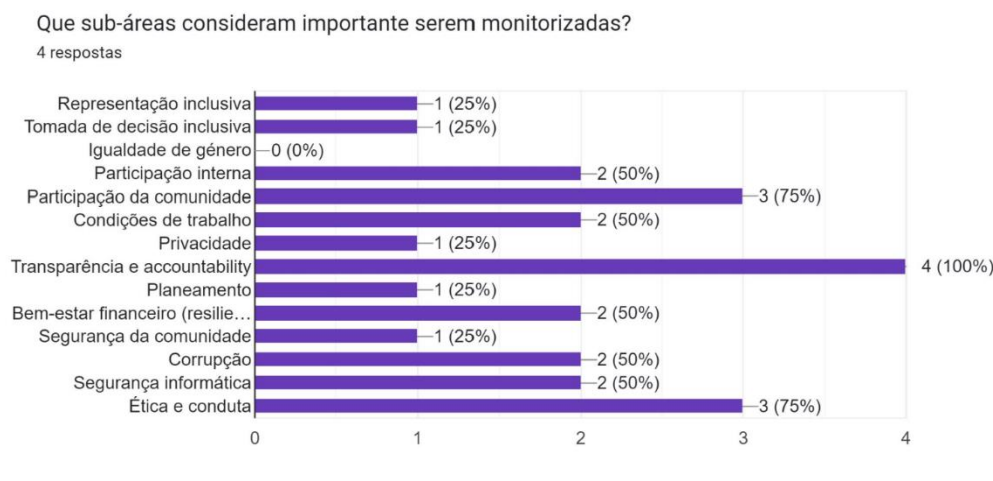
- **Representação inclusiva (etnias, identidade de género...)**
- **Bem-estar financeiro (resiliente) (gestão, independência financeira...)**
- **Igualdade de género**
- Tomada de decisão inclusiva
- Participação interna (no seio de organização: participação do/as eleito/as)
- Participação da comunidade (nas eleições autárquicas, nos orçamentos participativos...)
- Condições de trabalho (taxa afeta à mobilidade interna, grau de satisfação...)

- Privacidade (dados da organização, dados da comunidade...)
- Transparência e *accountability* (divulgação, reposta à comunidade...)
- Planeamento (estratégia, monitorização, revisão e implementação dos planos...)
- Segurança da comunidade (crime, proteção, apoio...)
- Corrupção
- Segurança informática
- Ética e conduta

Ponto 2 - Apresentação dos resultados do inquérito submetido ao GF para definição das subáreas prioritárias e comentários.

Foi o inquérito infra enviado ao GF em 17 de maio. À data, 4 respostas foram recolhidas. Junta-se resultado por meio de gráfico.

## GOVERNANÇA



Nota: Considera-se que a Igualdade de Género possa não ter merecido qualquer votação por ser lida à luz da Representação inclusiva e Tomada de decisão inclusiva.

De acordo com o resultado desta primeira votação, segue listagem atualizada segundo o grau de importância atribuído.

### 100%

- **Transparência e *accountability*** (divulgação, reposta à comunidade...)

### 75%

- **Participação da comunidade** (nas eleições autárquicas, nos orçamentos participativos...)
- **Ética e conduta**

### 50%

- **Participação interna** (no seio de organização: participação do/as eleito/as)

- **Condições de trabalho** (taxa afeta à mobilidade interna, grau de satisfação...)
- **Bem-estar financeiro** (resiliente) (gestão, independência financeira...)
- **Corrupção**
- **Segurança informática**

25%

- **Representação inclusiva** (etnias, identidade de género...)
- **Tomada de decisão inclusiva**
- **Privacidade** (dados da organização, dados da comunidade...)
- **Planeamento** (estratégia, monitorização, revisão e implementação dos planos...)
- **Segurança da comunidade** (crime, proteção, apoio)
- **Segurança informática**

0%

- **Igualdade de género**

#### Comentários:

Questionada a opinião do GF sobre estes resultados, levanta-se uma dúvida sobre a ótica de monitorização a considerar na definição das subáreas. A ótica é interna ou externa? Dá-se como exemplo a Subárea da Representação Inclusiva. Será monitorizada, por exemplo, a representação inclusiva dos trabalhadores no seio da organização? Ou a política de promoção inclusiva desenvolvida pela autarquia junto da população?

É reafirmado que o objeto de monitorização são os processos internos da autarquia face aos critérios ESG. Nesse sentido, sugere-se viabilizar a pergunta “Qual o impacto da subárea no seio da autarquia?” quando a dúvida surgir.

Destaca-se o grau de complexidade na eleição das subáreas prioritárias e ao facto de nos colocarmos tendencialmente no lugar de *stakeholder*.

Braga concorda com os destaques e justifica. Considera fundamental a “**Transparência e Accountability**” que articula os mais importantes processos para as autarquias locais e agentes públicos. As organizações têm de dar respostas e corresponder às expectativas dos cidadãos. “De que forma são anunciados os planos, as decisões estratégicas? Qual o seu impacto?”

Introduz o **conceito da Inovação Democrática ao abordar a “Participação da comunidade”**. Sendo função de uma autarquia desenvolver uma relação de proximidade com os munícipes (e seus colaboradores), refere a problemática “Como alcançar uma efetiva taxa de participação elevada e tornar os processos mais democráticos? (Braga candidatou-se à Capital da Democracia, ficando em segundo lugar. GANHOU BARCELONA) Os processos formais nem sempre são otimizados e tampouco escolhidos os mais úteis. “Quando falamos de inovação democrática estamos a falar do quê e o que é preciso melhorar?” Nem sempre possibilitamos aos cidadãos os processos nos moldes mais adequados. Dá o exemplo das Reuniões de Câmara e Assembleias Municipais (AM). “Queremos continuar a ter um número reduzido de presenças em AM com uma duração de seis horas cujas conclusões ficam a aguardar pela AM Extraordinária?”

Em Braga, tal como nas restantes autarquias, existe a figura do conselho municipal, contudo há uns anos o município decidiu implementar a obrigatoriedade informal de cada pelouro ter um conselho seja ele de carácter consultivo ou estratégico e com ele reunir regularmente. (O Municipal

normalmente é uma obrigatoriedade nacional, o Consultivo parte da iniciativa de um vereador, o Estratégico do Presidente). Resultado, quando chegados a reuniões de CM ou AM, tendo o(s) tópico(s) sido previamente debatido(s) e acelerado o combate político, poupa-se tempo, desburocratiza-se e a iniciativa torna os conteúdos mais apelativos para o munícipe.

Por vezes, vigora a ideia de que a participação deve ser aberta a todos os quadrantes, contudo nem sempre é necessário. Saber escolher de que forma, quais e quando envolver os stakeholders poderá revelar-se mais eficaz.

A Representação inclusiva e a tomada de decisão inclusiva poderiam talvez agregar-se.

Sugere-se a leitura de um documento apresentado no Programa Avançado sobre Sustentabilidade e Liderança Local.

UN (2020) *Stakeholder engagement & the 2030 Agenda*

<https://sdgs.un.org/publications/stakeholder-engagement-and-2030-agenda-practical-guide-24556>

É de referir que a importância do Planeamento poderá estar a ser desvalorizado.

### Ponto 3 - Definição das subáreas prioritárias do Eixo 1 - Governança

Um versão reduzido do inquérito será enviada ao Grupo Alargado constituído por demais municípios, entidades de interesse público e setor privado. A auscultação irá naturalmente prosseguir, mas, consideram-se, para já, definidas como prioritárias as Subáreas:

- 1) Participação da comunidade
- 2) Transparência e *accountability*
- 3) Bem-estar financeira (resiliência)
- 4) Ética e conduta

Sublinha-se que todas as Subáreas são importantes, mas elegem-se as supra quatro primeiras para dar início a investigação de métricas e indicadores a elas associadas.

Paralelamente, um inquérito nacional sobre os ESG será em breve lançado.

## Próximos passos

- As reuniões do Grupo Focal passam a ser convocadas por convite Outlook
- 5ª Reunião de trabalho do GF fica agendada para dia 20 de junho, às 11 horas
- Os constituintes do GF que ainda não responderam ao inquérito sobre as subáreas a destacar, podem fazê-lo até ao dia 19 de junho: os resultados serão atualizados na 5ª reunião.
- O inquérito relativo ao levantamento de instrumentos de reporte da autarquia– Ata 2 - mantém-se ativo para quem ainda não respondeu.
- O GF aceita que as repostas decorrentes dos inquéritos sejam partilhadas na Dropbox.



- Envio do inquérito simplificado ao Grupo Alargado por e-mail e sua publicação em [www.cesop-local.ucp.pt](http://www.cesop-local.ucp.pt)
- Um inquérito nacional será lançado para os demais 302 municípios em data a anunciar.
- O CESOP-Local vai investigar indicadores relativos as 4 primeiras subáreas em destaque:
  - 1) Participação da comunidade
  - 2) Transparência e accountability
  - 3) Bem-estar financeira (resiliência)
  - 4) Ética e conduta
- O CESOP-Local mantém o foco na análise das práticas internacionais e análise dos instrumentos no setor público e privado
- A Ata 3 será divulgada em [www.cesop-local.ucp.pt](http://www.cesop-local.ucp.pt)